

BELÉM, COP 30 E O DIREITO À CIDADE: MEGAEVENTOS, GENTRIFICAÇÃO E EXCLUSÃO SOCIOESPACIAL

 <https://doi.org/10.56238/arev7n2-261>

Data de submissão: 22/01/2025

Data de publicação: 22/02/2025

Ana Beatriz Amaral de Castro

Graduanda em Direito
Universidade Federal do Pará
beatrizadcastro@gmail.com
<https://orcid.org/0009-0007-7373-221X>
<https://lattes.cnpq.br/1186734322284980>

Daniella Maria dos Santos Dias

Doutora em Direito
Universidade Federal do Pará
diasdaniella@gmail.com
<https://orcid.org/0000-0003-1234-5279>
<http://lattes.cnpq.br/1345611606547188>

RESUMO

O presente artigo investiga as transformações urbanas em Belém no contexto da **COP 30**, analisando como as intervenções promovidas sob o discurso de sustentabilidade e desenvolvimento urbano impactam o **direito à cidade**. A pesquisa se ancora na literatura sobre megaeventos e reestruturação urbana (COELHO, 2020; SOARES, 2013; SOUZA, 2018), na perspectiva da mercantilização do espaço e da gentrificação como estratégia de valorização imobiliária (SMITH, 2002; SÁNCHEZ, 2001), bem como na crítica à financeirização da cidade em grandes projetos urbanos (BHIMANI; DE LISIO, 2023). O estudo busca responder à seguinte questão: *De que maneira as transformações urbanas impulsionadas pela preparação de Belém para a COP 30 reproduzem dinâmicas de mercantilização do espaço urbano e violam o direito à cidade?* A metodologia adotada combina análise documental de políticas urbanas e ambientais, discursos institucionais e normativas governamentais (BRASIL, 2023; BRASIL, 2024), além de revisão crítica da literatura sobre cidades-evento e seus impactos na segregação socioespacial (SILVA, 2023; EZZAT; EL-SAYED, 2022). Os resultados indicam que as políticas implementadas priorizam a valorização imobiliária e a reconfiguração de áreas centrais e turísticas, enquanto as periferias permanecem à margem das infraestruturas e investimentos urbanos, reforçando desigualdades socioespaciais históricas (MALHEIROS; ROCHA, 2013). Esse fenômeno evidencia a instrumentalização da COP 30 para atender a interesses econômicos e políticos globais em detrimento do direito à cidade, compreendido a partir da perspectiva crítica de David Harvey (2012), como o direito coletivo de participação democrática nos processos de decisão sobre a produção do espaço urbano. No entanto, o evento também representa uma oportunidade para Belém reposicionar seu modelo de desenvolvimento urbano, desde que as intervenções sejam orientadas por princípios de inclusão social e justiça socioambiental.

Palavras-chave: COP 30. Belém. Gentrificação. Exclusão social. Cidades-evento.

1 INTRODUÇÃO

A escolha de Belém como sede da COP 30 insere a cidade em um processo de reconfiguração urbana que transcende a realização do evento em si, conectando-a a uma lógica mais ampla de megaeventos e desenvolvimento urbano estratégico. A conferência climática, apresentada como uma oportunidade de crescimento econômico, modernização e projeção internacional, também desperta preocupações sobre seus impactos sociais, ambientais e urbanos, especialmente em um contexto de desigualdades socioespaciais históricas. Se, por um lado, a COP 30 pode impulsionar investimentos e infraestrutura, por outro, pode acentuar processos de mercantilização do espaço urbano, gentrificação e exclusão social.

Diante desse cenário, este estudo busca responder à seguinte questão de pesquisa: De que maneira as transformações urbanas impulsionadas pela preparação de Belém para a COP 30 reproduzem dinâmicas de mercantilização do espaço urbano e violam o direito à cidade?

A hipótese central é que as intervenções planejadas para a COP 30 seguem um modelo de desenvolvimento urbano neoliberal, baseado na valorização imobiliária e na requalificação de áreas estratégicas em função de interesses econômicos globais, sem contemplar de maneira equitativa as necessidades das populações vulneráveis. Assim, Belém pode repetir o que ocorreu em outras cidades que sediaram megaeventos, onde as melhorias urbanísticas acabaram por deslocar comunidades de baixa renda, impulsionando a especulação imobiliária e aprofundando desigualdades.

A lacuna de pesquisa deste estudo reside na falta de investigações críticas sobre os impactos da COP 30 em Belém, especialmente no que se refere à mercantilização do espaço urbano e aos processos de expulsão silenciosa promovidos pela reestruturação territorial. Embora a literatura sobre megaeventos aponte tendências de elitização e remoções forçadas em outras cidades, ainda há pouca sistematização dos efeitos específicos dessa dinâmica na realidade amazônica e em cidades de médio porte como Belém. Além disso, os discursos governamentais e institucionais frequentemente promovem o evento como uma oportunidade de desenvolvimento, sem que haja uma análise aprofundada sobre quem realmente se beneficiará dessas transformações urbanas.

Diante disso, o presente trabalho tem como objetivo analisar criticamente os impactos da COP 30 sobre a estrutura urbana de Belém, com foco nos processos de mercantilização do espaço, gentrificação e exclusão social. Para tanto, busca-se: (i) examinar os megaeventos como catalisadores da mercantilização do espaço urbano, investigando como os investimentos e a reestruturação territorial promovem a valorização imobiliária e alteram a dinâmica urbana; (ii) analisar o impacto da COP 30 na reconfiguração urbana de Belém, com ênfase nos processos de gentrificação e deslocamento de populações vulneráveis;

(iii) compreender as narrativas governamentais e institucionais que legitimam as intervenções urbanas, contrastando-as com os impactos reais percebidos pela população local.

O estudo se insere no debate sobre direito à cidade, contrapondo-o à lógica de planejamento urbano orientada pelo mercado. Ao refletir sobre essas tensões, a pesquisa visa contribuir com um olhar crítico sobre os desafios da urbanização em Belém e apontar caminhos para que a COP 30 deixe um legado que priorize inclusão e justiça socioespacial.

Para alcançar esse objetivo, o artigo está estruturado em quatro seções principais, além da introdução e das considerações finais. O capítulo 2 discute a relação entre megaeventos e mercantilização do espaço urbano, analisando as dinâmicas de investimento e reconfiguração territorial que acompanham a realização da COP 30. No capítulo 3, examina-se a gentrificação e a expulsão silenciosa como consequência das transformações urbanas promovidas pelo evento, com foco na especulação imobiliária e no deslocamento de comunidades vulneráveis. O capítulo 4 analisa as narrativas governamentais e institucionais que justificam as intervenções urbanas em Belém, contrastando os discursos oficiais com os impactos percebidos pela população. Por fim, nas considerações finais, sintetizam-se os achados da pesquisa e são propostas reflexões sobre alternativas para uma urbanização mais equitativa e inclusiva.

Dessa forma, o estudo busca não apenas examinar os efeitos urbanos da COP 30, mas também problematizar a maneira como esse evento pode consolidar um modelo de cidade excludente e mercantilizada, contribuindo para um debate essencial sobre o futuro urbano de Belém e os desafios de garantir o direito à cidade em meio às dinâmicas do capital global.

2 MEGAEVENTOS E A MERCANTILIZAÇÃO DO ESPAÇO URBANO: DINÂMICAS DE INVESTIMENTO E RECONFIGURAÇÃO TERRITORIAL

Belém, conhecida por sua localização estratégica às margens dos rios Guamá e Guaporé e por sua rica herança cultural, foi escolhida como sede da 30ª Conferência das Partes (COP 30) da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima, programada para este ano de 2025, inserindo a cidade em um contexto de destaque global.

No entanto, a preparação para eventos dessa magnitude frequentemente gera um embate entre a necessidade de modernização e a persistência das desigualdades sociais. Esse processo evidencia uma dinâmica recorrente: a reconfiguração urbana voltada para atender interesses turísticos. Em Belém, essa tendência não é novidade — e nunca foi.

Durante o Ciclo da Borracha, entre os séculos XIX e XX, a cidade passou por uma remodelação urbana significativa, marcada pela construção de boulevards, praças e edifícios imponentes, como o

Mercado Ver-o-Peso (MALHEIROS; ROCHA, 2013). Essas intervenções buscavam projetar uma imagem de modernidade inspirada nos modelos europeus, mas resultaram no deslocamento de populações de baixa renda para áreas periféricas e sem infraestrutura adequada. (MALHEIROS; ROCHA)

Da mesma forma, as reformas e construções para a COP 30 parecem resgatar essa lógica histórica, priorizando áreas estratégicas em detrimento das necessidades das comunidades locais. As principais intervenções planejadas e seus orçamentos estimados estão descritos na tabela abaixo, formada a partir de dados do jornal liberal¹ e G1²:

Quadro 1 – Valores previstos para as principais obras da COP30.

Parque da Cidade	R\$ 980 milhões
Porto Futuro II	R\$ 568,4 milhões
Macrodrenagem do Tucunduba	R\$ 841 milhões
Revitalização da Avenida Júlio César	R\$ 140 milhões
Nova Tamandaré	R\$ 154,2 milhões
Nova Doca	R\$ 310,8 milhões
Reforma do Complexo Ver-o-Peso	R\$ 64 milhões
Duplicação da Avenida Bernardo Sayão	R\$ 246,7 milhões
Mercado de São Brás	R\$ 118,3 milhões
Parque Urbano Igarapé São Joaquim	R\$ 150 milhões
Programa de Macrodrenagem do Igarapé Mata Fome	R\$ 401,8 milhões
Reforma do Parque Ambiental Gunnar Vingren	R\$ 32 milhões
Distrito de Inovação e Bioeconomia	R\$ 7 milhões

Fonte: Jornal Liberal, 2024. G1, 2024.

Essas obras têm como objetivo não apenas melhorar a infraestrutura urbana, mas também projetar uma imagem moderna e sustentável de Belém, conectando a cidade às demandas de uma audiência global. No entanto, acabam negligenciando as reais necessidades da população de Belém.

Citamos como exemplo, dados do Instituto Água e Saneamento, que revelam que 82,88% da população de Belém não tem acesso adequado ao esgotamento sanitário, enquanto mais de 23% vivem sem abastecimento regular de água.³ Além disso, a cidade foi classificada como a quarta pior capital do país em termos de qualidade de vida em um estudo baseado no Índice de Progresso Social (IPS), que mede o bem-estar da população por meio de três dimensões principais: Necessidades Humanas Básicas, Fundamentos para o Bem-estar e Oportunidades. Entre os fatores analisados estão

¹ O LIBERAL. Nova Doca, Parque da Cidade e mais: veja 13 obras e serviços que Belém vai receber até a COP 30. Disponível em: <https://www.oliberal.com/economia/nova-doca-parque-da-cidade-e-mais-veja13-obra...>. Acesso em: 12 dez. 2024.

² G1. 500 dias para a COP na Amazônia: como estão as obras que somam mais de R\$ 4 bilhões em Belém. Disponível em: <https://g1.globo.com/pa/para/noticia/2024/06/28/500-dias-para-a-cop-na-amazonia-como-estao-as-obra...>. Acesso em: 13 dez. 2024.

³ PAINEL SANEAMENTO BRASIL. Localidade: Belém. Disponível em: <https://www.painelsaneamento.org.br/localidade/index?id=151>. Acesso em: 12 dez. 2024.

expectativa de vida, taxas de homicídios, poluição e acesso à educação superior.⁴ E em vez de atender a essas demandas críticas, os recursos estão sendo amplamente direcionados para projetos de embelezamento urbano a fim de mascarar a realidade da cidade.

Portanto, a COP 30, que poderia ser uma oportunidade para promover um desenvolvimento urbano mais equitativo e inclusivo, corre o risco de perpetuar desigualdades socioespaciais e reproduzir um modelo de urbanização subordinado aos interesses do capital e da estética. E para que isso não aconteça, precisa superar os desafios históricos de exclusão e priorizar o legado sustentável para todos os moradores.

Afinal, modernizar uma cidade não deveria significar apenas torná-la mais atraente para os olhos do mundo, mas também mais justa e acessível para quem nela vive.

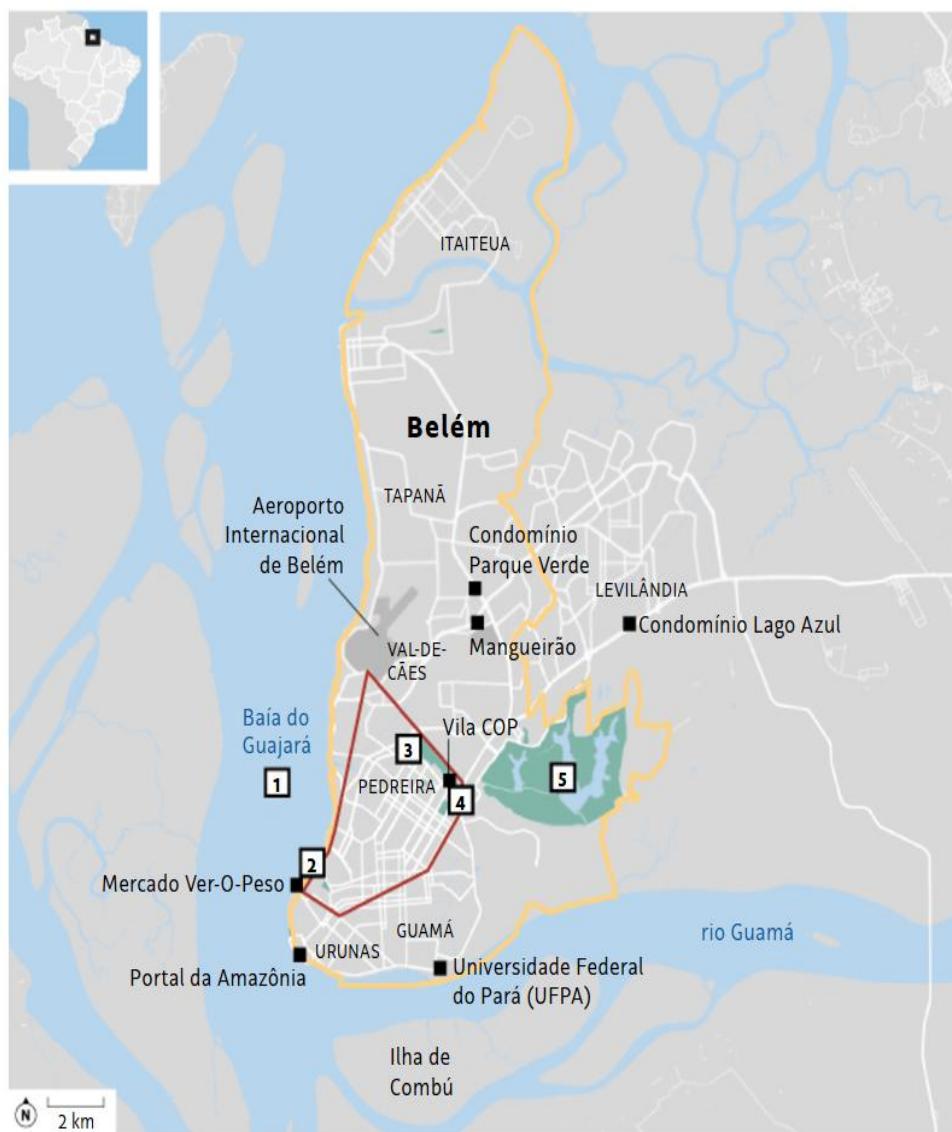
Nesse sentido, é necessário compreender como os investimentos associados ao evento impactam diretamente a estrutura da cidade e reforçam a lógica de mercantilização do espaço urbano.

Em Belém, tem-se utilizando a conferencia como justificativa para remodelar o espaço urbano com foco na atratividade econômica e turística, intensificando uma série de investimentos direcionados para áreas estratégicas, especialmente as de alta visibilidade, como o centro histórico e a orla fluvial, que é o chamado “Polígono da COP”,⁵ delineado para incluir áreas-chave como o aeroporto, hotéis, espaços de conferência e o centro comercial das docas, onde se concentram as principais mudanças planejadas.

⁴ VER-O-FATO. *Pará tem a pior qualidade de vida do Brasil; Belém é a 4ª pior capital, diz estudo*. Disponível em: <https://ver-o-fato.com.br/para-tem-a-pior-qualidade-de-vida-do-brasil-belem-e-a-4a-pior-capital-diz-estudo/>. Acesso em: 10/02/2025

⁵ FOLHA DE S.PAULO. Pará aposta em Airbnb, vila provisória e cruzeiros para tentar vencer gargalo de quartos na COP30. Folha de S.Paulo, 14 maio 2024. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/ambiente/2024/05/para-aposta-em-airbnb-vila-provisoria-e-cruzeiros-para-tentar-vencer-gargalo-de-quartos-na-cop30.shtml>. Acesso em: 28 jan. 2025.

Figura 1 – Área denominada de “polígono da cop”.



Fonte: Folha de São Paulo, 2024

Figura 2 – Indicação das principais localizações do polígono.

1 Polígono da COP

Região que compreende hotéis, aeroporto, a sede da COP e o centro comercial das docas, onde devem se concentrar as atividades do evento

2 Baía do Guajará

Onde ficarão atracados os cruzeiros

3 Porto Futuro 2

Local está em reforma e terá um espaço dedicado à bioeconomia; fica ao lado da estação das docas e do mercado Ver-O-Peso, polos comerciais e de lazer da região

4 Parque da Cidade de Belém

Local onde ficarão os principais pavilhões da COP e onde devem acontecer as maiores reuniões do evento

5 Palácio Lauro Sodré

Sede do governo do Pará

6 Parque Estadual do Utinga Camillo Vianna

Deve receber a chamada Aldeia COP, estrutura que sediará debates sobre questões indígenas

Fonte: Folha de São Paulo, 2024

Dentre os principais espaços que sofrerão impactos diretos, destaca-se o Polígono da COP, que compreende o aeroporto, hotéis e o centro comercial das Docas, onde se concentrarão as atividades do evento. Essa região tende a receber melhorias urbanísticas e de mobilidade, refletindo o padrão de requalificação associado a megaeventos globais. Além disso, a Baía do Guajará será utilizada como ponto de ancoragem de cruzeiros que servirão como hospedagem temporária, evidenciando a demanda por infraestrutura turística.

Outro ponto estratégico é o Porto Futuro 2, que está em reforma e deve receber um espaço dedicado à bioeconomia, consolidando-se como um polo comercial e de lazer. Localizado próximo ao Mercado Ver-o-Peso, esse projeto sugere um esforço de valorização imobiliária e de requalificação econômica. Já o Parque da Cidade de Belém deve sediar os principais pavilhões da COP 30, sendo o local onde ocorrerão as reuniões e conferências de maior relevância. O Palácio Lauro Sodré, sede do Governo do Pará, também se insere nesse processo, atuando como ponto estratégico para negociações e encontros políticos.

Além dessas estruturas centrais, destaca-se o Parque Estadual do Utinga Camillo Vianna, onde está prevista a criação da Aldeia COP, espaço destinado a debates sobre questões indígenas e socioambientais. Essa iniciativa reforça o caráter simbólico do evento e sua relação com a Amazônia, ao mesmo tempo em que evidencia a necessidade de inclusão efetiva das populações tradicionais nos processos de decisão.

Nota-se que a escolha das áreas de intervenção revela uma prioridade clara em regiões centrais e atrativas para o mercado, enquanto as periferias, que já enfrentam déficits estruturais graves, permanecem fora do escopo dos investimentos, evidenciando um descompasso entre as demandas locais e a lógica do evento.

Essas mudanças impulsionam um fenômeno chamado mercantilização, no qual áreas antes degradadas passam por requalificação e reestruturação, mas dentro de uma lógica voltada à valorização do solo e à especulação imobiliária. Esse processo atrai grandes investidores e redes do setor turístico, tornando o espaço urbano um ativo negociável no mercado global.

Esse investimento geram impactos econômicos significativos em setores como turismo, construção civil e serviços, promovendo emprego e visibilidade internacional. Contudo, esses ganhos são distribuídos de forma desigual, beneficiando principalmente grupos econômicos privilegiados, como aponta Soares (2013, p. 197).

A construção (ou reforma) dos novos estádios e as grandes obras de mobilidade urbana estão desempenhando o papel de catalisadores da reestruturação do espaço das cidades. Entretanto, esta expansão urbana não representa um movimento de redistribuição da infraestrutura e dos equipamentos urbanos pelo espaço da cidade, nem de implantação de políticas habitacionais que favoreçam os setores de menor renda da população.

Esse fenômeno, descrito no contexto da Copa do Mundo, também se manifesta na preparação de Belém para a COP 30, evidenciando como megaeventos frequentemente impulsionam investimentos que reforçam a mercantilização do espaço urbano e aprofundam desigualdades socioespaciais. Nesse sentido, o discurso de modernização e sustentabilidade que acompanha esses projetos funciona como um instrumento de legitimação dessas transformações, frequentemente mascarando dinâmicas que perpetuam desigualdades históricas e restringem o acesso das populações locais aos benefícios gerados pelas intervenções urbanas.

Dessa forma, a preparação de Belém para a COP 30 segue um padrão observado em outros megaeventos, nos quais investimentos voltados para a reestruturação urbana priorizam interesses econômicos e turísticos em detrimento das necessidades da população local. Embora as intervenções sejam frequentemente justificadas pelo discurso de modernização e desenvolvimento sustentável, na prática, elas aceleram processos de valorização imobiliária e especulação fundiária, criando um ambiente propício para a exclusão socioespacial. Esse cenário abre caminho para a gentrificação e a expulsão silenciosa, fenômenos nos quais comunidades de baixa renda são gradativamente deslocadas dos espaços centrais, muitas vezes sem mecanismos eficazes de proteção ou participação no planejamento urbano.

Em suma, a reorganização do espaço urbano de Belém para a COP 30 reflete um modelo de desenvolvimento urbano guiado por interesses econômicos e turísticos, concentrando investimentos em determinadas áreas e impulsionando a valorização fundiária. No entanto, há o risco de processos de gentrificação e deslocamento populacional, especialmente em regiões vizinhas a essas zonas de intervenção. Se as experiências anteriores demonstram que megaeventos frequentemente resultam na mercantilização do espaço urbano, promovendo transformações que beneficiam setores específicos da economia em detrimento das necessidades da população local, a forma como as políticas públicas serão conduzidas para a COP 30 será determinante para definir se essas mudanças resultarão em um legado inclusivo e sustentável ou na ampliação das desigualdades socioespaciais em Belém.

3 GENTRIFICAÇÃO E EXPULSÃO SILENCIOSA: O CUSTO SOCIAL DA REESTRUTURAÇÃO URBANA

Nesse contexto, uma das principais pressões enfrentadas na organização de megaeventos é a necessidade de requalificar espaços urbanos e adaptá-los às exigências de uma audiência internacional dentro de prazos reduzidos — no caso de Belém, em apenas dois anos. Esse processo, frequentemente justificado pelo discurso de modernização e desenvolvimento, tem como efeito colateral a gentrificação, fenômeno no qual áreas historicamente ocupadas por populações de baixa renda passam por intervenções que elevam o valor imobiliário, tornando-se inacessíveis para seus moradores originais. Embora essas mudanças sejam apresentadas como melhorias urbanísticas, elas frequentemente resultam no deslocamento forçado de comunidades, que se veem excluídas do novo padrão urbano sem tempo hábil para adaptação ou alternativas habitacionais dignas. Essa expulsão silenciosa ocorre de maneira sistemática, consolidando um modelo de desenvolvimento urbano que prioriza interesses econômicos em detrimento do direito à cidade.

Em tal processo, a transformação urbana ocorre de modo que áreas ocupadas por populações de baixa renda passam por intervenções que promovem a valorização imobiliária, resultando na substituição gradual desses moradores por grupos de maior poder aquisitivo. Essas mudanças abruptas e aparentemente positivas, escondem a necessidade de realizar a desapropriação de diversas famílias para que essas obras sejam concluídas⁶, sem oferecer tempo adequado para que elas se planejem ou qualquer alternativa digna.

⁶ DIÁRIO DO PARÁ. Governo anuncia desapropriação de imóveis na avenida Tamandaré. Disponível em: <https://diariodopara.com.br/para/governo-anuncia-desapropriacao-de-imoveis-na-avenida-tamandare/>. Acesso em: 25 jan. 2025.

Além disso, as indenizações pagas frequentemente estão abaixo do valor real dos imóveis, tornando-se insuficientes para que essas famílias consigam se reestabelecer em áreas que garantam condições mínimas de qualidade de vida.

Nesse sentido, Cruz, Marinho e Ferreira (2018, p. 2) apontam que:

O deslocamento, desapropriação e o remanejamento são ações necessárias dentro da lógica do 'desenvolvimento capitalista', tendo em vista que as áreas ocupadas pelas populações locais são agora atrativas para o mercado, seja o mercado imobiliário e a indústria do turismo de massa, em Belém, seja para os grandes empresários da mineração, que disputam, se apropriam e reconfiguram o território usado, transformando-o em benefício do capital

Esse processo ficou evidente nas Olimpíadas de Pequim em 2008, quando a reestruturação da cidade levou à remoção de aproximadamente 1,5 milhão de pessoas. Sob o pretexto de modernização, bairros históricos foram demolidos para dar lugar à infraestrutura de alto padrão e novas vias expressas. O governo chinês ofereceu compensações mínimas aos deslocados, forçando muitos a se reassentarem em outras áreas, sem o mesmo acesso a serviços e empregos.

A mesma dinâmica foi observada no Brasil, especialmente no Rio de Janeiro durante a preparação para a copa do Mundo de 2014 e os Jogos Olímpicos de 2016. A requalificação da cidade foi promovida como um legado positivo, mas a realidade foi marcada por remoções forçadas e aumento do custo de vida. Sobre isso, Bhimani e De Lisio (2023) analisam o impacto da financeirização no contexto dos megaeventos no Rio de Janeiro, abordando como o desenvolvimento de Porto Maravilha, lançado em vista dos Jogos Olímpicos de 2016, é um exemplo significativo de como a financeirização da habitação se entrelaça com megaeventos esportivos.

O projeto, que inicialmente se apresentava como uma iniciativa de inclusão social e democratização do espaço urbano, acabou sendo cooptado pelo mercado financeiro, facilitando a criação de um ambiente urbano voltado exclusivamente para investidores e elites econômicas.⁷

Além das remoções diretas, ocorreu um processo mais sutil: a rápida valorização imobiliária em bairros tradicionalmente ocupados por famílias de baixa renda os tornou financeiramente inacessíveis para seus moradores originais, forçando-os a se deslocar gradualmente para outras áreas.

Esses exemplos demonstram que a expulsão silenciosa não acontece apenas por meio de despejos diretos, mas também por meio de uma mudança estrutural que transforma o perfil econômico e social das cidades. Assim, a lógica do mercado passa a ditar as diretrizes de planejamento urbano, subordinando as funções sociais do espaço à maximização de lucros e à construção de uma imagem de modernidade (MARCO; SANTOS; MÖLLER, 2020)

Desse modo, o grande dilema que se apresenta é: de que maneira as transformações urbanas impulsionadas pela preparação de Belém para a COP 30 reproduzem dinâmicas de mercantilização do espaço urbano e violam o direito à cidade? Se as experiências internacionais servem como referência, é fundamental que Belém compreenda os impactos dessas intervenções e implemente políticas que evitem a gentrificação e protejam as populações em situação de vulnerabilidade socioeconômica, garantindo um desenvolvimento urbano verdadeiramente inclusivo e sustentável.

Para evitar prejudicar ainda mais essas comunidades, é essencial que as políticas de reassentamento sejam guiadas por princípios de dignidade e justiça social. Isso inclui a oferta de indenizações justas, a garantia de moradia popular em áreas com acesso a serviços básicos e a participação ativa das comunidades afetadas no processo de planejamento.

Caso contrário, os impactos da COP 30 se estenderão muito além de 2025, deixando como legado um modelo de cidade moldado por interesses corporativos e dinâmicas de especulação imobiliária, em detrimento do direito à cidade e da participação democrática de seus habitantes no planejamento urbano. Esse processo reforça um padrão global em que megaeventos são utilizados como catalisadores da reestruturação urbana, muitas vezes subordinando as necessidades da população local a agendas econômicas e políticas internacionais. Diante desse cenário, torna-se essencial questionar: Belém será transformada para garantir um desenvolvimento urbano justo e inclusivo ou se tornará mais um exemplo de cidade-evento capturada por interesses externos?

4 CIDADE PARA QUEM? AS NARRATIVAS GOVERNAMENTAIS E A TRANSFORMAÇÃO URBANA DE BELÉM PARA A COP 30

O conceito de direito à cidade, desenvolvido por David Harvey (2012), estabelece que o espaço urbano deve ser apropriado coletivamente, garantindo às populações locais não apenas o acesso, mas também a capacidade de transformá-lo de forma democrática.

Harvey aponta que a luta pelo direito à cidade é, acima de tudo, uma luta política, pois envolve a disputa pelo controle dos processos de urbanização. Em um mundo onde a produção do espaço é dominada pelo capital financeiro e pelo empresariamento urbano, garantir esse direito significa reivindicar a cidade como um bem comum, onde a participação popular define as prioridades do planejamento urbano.

No entanto, nos planejamentos para grandes eventos, esse ideal frequentemente é eclipsado por interesses políticos e econômicos. Em vez de servir como uma oportunidade para promover um planejamento urbano inclusivo, alinhado aos princípios do direito à cidade, as políticas públicas adotadas tendem a seguir uma lógica oposta: ao invés de enfrentar os déficits estruturais da cidade,

priorizam intervenções estéticas e obras de embelezamento urbano, mascarando desigualdades socioespaciais em vez de efetivamente reduzi-las.

Esse modelo de transformação urbana se insere no conceito de "cidade-espetáculo", formulado a partir da crítica ao urbanismo voltado para o consumo e a mercantilização do espaço público.

A cidade-espetáculo se caracteriza por grandes projetos urbanos que focam na construção de infraestruturas monumentais, modernização de áreas centrais e requalificação de espaços estratégicos, frequentemente à custa da remoção ou marginalização das populações mais pobres (TEOBALDO, 2010), como a transformação do Ver-o-Peso em um espaço gourmet e a requalificação dos canais (como o Canal da Doca e o da Tamandaré) para empreendimentos de luxo.

O investimento de aproximadamente R\$ 5 bilhões, financiado por instituições como o BNDES e Itaipu⁸, revela a magnitude desses projetos, mas também expõe a desconexão entre os recursos alocados e as necessidades sociais urgentes, como saneamento básico e moradia. Nesse processo, a atuação do Estado se caracteriza pela priorização de interesses privados, frequentemente em detrimento do bem-estar coletivo, reforçando a lógica excludente da cidade-espetáculo, onde a valorização da imagem urbana se sobrepõe às necessidades da população.

Essa dinâmica reforça o caráter colonial da urbanização no Brasil, onde o desenvolvimento das cidades se dá à custa da remoção de comunidades tradicionais para dar lugar a projetos elitizados (CHALOI, 2018). Assim, a resistência contra esses processos não se limita à luta por moradia, mas envolve uma batalha pela permanência e pelo reconhecimento do papel social e cultural dos grupos afetados.

Portanto, o direito à cidade não pode ser reduzido a um discurso retórico enquanto as práticas de planejamento urbano continuam priorizando a mercantilização do espaço e a valorização imobiliária em detrimento da inclusão social. Para que a COP 30 represente, de fato, uma oportunidade de desenvolvimento sustentável e transformação urbana, é fundamental que as políticas públicas incorporem mecanismos de participação popular efetiva e que os investimentos sejam direcionados ao fortalecimento da infraestrutura social, garantindo benefícios concretos para toda a população, e não apenas para setores privilegiados.

Apesar dos inúmeros problemas, a COP 30 tem sido promovida como uma oportunidade única de transformação urbana, desenvolvimento sustentável e projeção internacional. No entanto, a

⁸ BRASIL. Lula aprova obras para COP 30 em Belém e destaca investimento na cidade. *Agência Brasil*, 12 fev. 2025. Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/politica/noticia/2025-02/lula-aprova-obra-para-cop-30-em-belem-e-destaca-investimento-na-cidade#:~:text=Os%20recursos%20para%20preparar%20Bel%C3%A9m,desenvolvimento%20urbano%2C%20mobilidade%20e%20saneamento>. Acesso em: 25 jan. 2025.

maneira como o evento tem sido apresentado pelas esferas governamentais revela um descompasso entre o discurso oficial e a realidade das intervenções planejadas. Ao analisar as políticas públicas, discursos oficiais e campanhas publicitárias, percebe-se que as justificativas para essas reconfigurações urbanas frequentemente estão mais alinhadas a interesses econômicos e privados do que às necessidades reais da população local. Sob o manto de um evento "ambiental e sustentável", muitos dos projetos previstos destinam-se à requalificação de áreas que beneficiarão apenas uma pequena parcela da população, especialmente as classes economicamente privilegiadas.

Dessa forma, torna-se essencial investigar como essas narrativas institucionais moldam a percepção pública e legitimam processos de exclusão socioespacial, naturalizando desigualdades sob a retórica do progresso e da modernização.

Os discursos governamentais em torno da COP 30 enfatizam o compromisso com a sustentabilidade e a preservação da Amazônia como justificativas centrais para os investimentos em infraestrutura e requalificação urbana. Nesse sentido, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva destacou em diversos pronunciamentos que o evento posicionará Belém como uma referência global na luta contra as mudanças climáticas, apontando a conferência como um marco para a modernização da cidade e a melhoria da qualidade de vida de seus moradores.

E não só isso, os relatórios de planejamento urbano vinculados à COP 30 frequentemente destacam o potencial econômico das obras, como a revitalização de áreas estratégicas nos canais da Doca e Tamandaré,⁹ que são apresentadas como essenciais para atender às demandas de um evento internacional de grande porte.

Essas intervenções são estrategicamente concebidas para projetar uma imagem de Belém como uma cidade moderna e sustentável, em sintonia com seu papel de "capital da Amazônia". No entanto, essa narrativa, amplamente promovida pelo poder público e reforçada pela mídia, muitas vezes serve para ocultar uma realidade incontestável: os megaeventos tendem a privilegiar interesses econômicos e corporativos, enquanto as demandas reais da população local permanecem em segundo plano.

Jorge de La Barre, em *Choque de Futuro: O Rio dos Megaeventos* (2013, p 59), destaca como esses eventos são vendidos à população sob a promessa de progresso e participação, enquanto, na prática, funcionam como espetáculos que desviam a atenção dos problemas estruturais da cidade:

Vendidos às populações como uma “oportunidade única” (para quem?), os megaeventos aparecem também como um desafio (para todos), convidando qualquer um a ultrapassar os limites da sua condição meramente humana. A economia política dos megaeventos é também uma política de participação festiva, um convite à superação que deve envolver e encantar a

⁹ SECRETARIA DE ESTADO DE OBRAS PÚBLICAS DO PARÁ. Estado reforça investimentos em projetos e obras da COP 30 e valoriza turismo em Belém. Disponível em: <https://www.seop.pa.gov.br/noticias/estado-refor%C3%A7a-investimentos-em-projetos-e-obra...> Acesso em: 17 fev. 2025.

todos. Mais uma saída, mais uma fuga do presente e da realidade contingente da condição humana...

Nesse sentido, ao contrário do que está sendo divulgado pela mídia, essas transformações urbanas para a COP não têm demonstrado promover a redistribuição da infraestrutura e dos equipamentos urbanos pelo espaço da cidade, nem a implantação de políticas habitacionais que favoreçam os setores de menor renda da população. Na verdade, se trata de uma fuga, temporária, dos problemas que afligem a cidade de Belém.

A retórica de progresso e modernização minimiza as implicações locais dessas mudanças, reforçando uma visão idealizada que frequentemente não corresponde à realidade vivenciada pelas comunidades afetadas. Esse descompasso entre discurso e prática evidencia como as políticas públicas podem ser instrumentalizadas para atender a interesses econômicos sob o pretexto de promover um desenvolvimento inclusivo.

Portanto, a forma como as políticas de renovação urbana são apresentadas ao público busca reforçar a ideia de envolvimento da população, ainda que essa participação seja mais simbólica do que efetiva. Nesse sentido, Sánchez (2001, p 42) aponta que,

As campanhas oficiais que acompanham as políticas destacam, com ênfase, a vontade de envolver os cidadãos nos projetos de renovação urbana. De fato, em ambas as cidades, os grupos políticos que vêm detendo o poder nos governos municipais há décadas criaram para a maioria da população um sentimento de orgulho e de pertencimento à cidade. Esse sentimento gera, entretanto, mais do que uma participação ativa, uma participação contemplativa da cidade. Com efeito, cabe pensar que a assistência ao espetáculo cria uma forte ilusão de participação. Observa-se que os cidadãos sentem-se partícipes e beneficiados por essas políticas; não obstante isso, assistem a um espetáculo de transformações para o qual são convidados para um lugar aparentemente preferencial, mas que resulta ser apenas uma parte do cenário. Os cidadãos contemplam a cidade modernizada como os “figurantes de um grande anúncio de griffe urbanística.

A observação de Sánchez reforça a ideia de que, muitas vezes, a participação popular nas transformações urbanas promovidas por megaeventos é meramente simbólica. A sensação de pertencimento gerada por discursos oficiais e campanhas publicitárias mascara o fato de que as decisões são tomadas por grupos políticos e econômicos com interesses específicos, enquanto a população local se torna espectadora das mudanças que impactam diretamente sua cidade.

Dessa maneira, a COP 30 não apenas reconfigura a paisagem urbana de Belém, mas também redefine as relações de poder na cidade, consolidando um modelo de planejamento que, sob a retórica da modernização e da sustentabilidade, subordina a participação popular a um papel secundário e simbólico. O espetáculo das transformações urbanas, amplamente promovido pelo discurso oficial, cria a ilusão de inclusão, enquanto as decisões estruturais seguem concentradas nas mãos de atores

políticos e econômicos privilegiados. Assim, o evento se apresenta como um marco na história urbana de Belém, mas a questão central permanece: essas transformações resultarão em uma cidade mais justa e acessível para todos ou apenas aprofundarão a lógica de exclusão e mercantilização do espaço urbano?

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho teve como objetivo analisar os impactos da COP 30 na dinâmica urbana de Belém, destacando as contradições entre o discurso de desenvolvimento sustentável e a realidade das transformações impulsionadas por megaeventos. A escolha da cidade como sede da conferência global insere Belém em um processo de requalificação urbana que, embora prometa benefícios econômicos e ambientais, pode intensificar desigualdades socioespaciais e processos de gentrificação. Nesse contexto, tornou-se fundamental investigar em que medida as intervenções urbanísticas e políticas públicas voltadas para a realização do evento respeitam a função social da cidade e garantem a permanência da população nos espaços estratégicos.

Para isso, buscou-se compreender o papel dos megaeventos na reestruturação das cidades contemporâneas, analisando como intervenções urbanísticas promovidas em eventos globais anteriores consolidaram processos de valorização imobiliária, gentrificação e exclusão social. Nesse sentido, a experiência de Belém foi inserida em um contexto mais amplo de transformações urbanas induzidas por grandes eventos, seguindo um padrão de reorganização territorial que prioriza setores estratégicos da economia em detrimento das demandas das populações vulneráveis.

Além disso, investigou-se como as políticas de planejamento urbano adotadas em Belém para a COP 30 dialogam (ou não) com as necessidades da população local. A análise demonstrou que, embora o evento seja promovido como uma oportunidade de desenvolvimento sustentável e projeção internacional, as políticas implementadas até o momento refletem uma lógica de mercantilização do espaço urbano. As ações governamentais privilegiam intervenções voltadas à valorização de áreas centrais e turísticas, enquanto as periferias continuam à margem dos investimentos, reforçando desigualdades históricas.

Por fim, examinou-se os efeitos das intervenções urbanas impulsionadas pela COP 30 sobre o tecido social e econômico da cidade, com ênfase na modificação da estrutura urbana. Os resultados indicam que essas transformações seguem um modelo de desenvolvimento urbano neoliberal, no qual a cidade é ressignificada como ativo econômico, favorecendo a especulação imobiliária e acelerando processos de gentrificação. O estudo aponta que espaços historicamente ocupados por populações tradicionais e camadas populares estão sendo gradualmente apropriados pelo mercado imobiliário, o

que pode comprometer a identidade cultural da cidade e restringir o acesso dos moradores originais a seus territórios.

Diante desse cenário, torna-se essencial que as políticas públicas voltadas à COP 30 não reforcem um modelo de cidade excludente e mercantilizada, mas sim promovam uma urbanização voltada à inclusão social e à justiça espacial. A cidade não pode ser tratada apenas como uma mercadoria a ser vendida ao mercado global, mas sim como um espaço de existência, cultura e pertencimento. O verdadeiro desafio da COP 30 reside, portanto, em garantir um legado que atenda não apenas aos interesses econômicos, mas também ao direito à cidade de seus habitantes, assegurando que o evento deixe benefícios concretos para toda a população e não apenas para aqueles que podem pagar pelo novo espaço urbano que emergirá dessa transformação.

REFERÊNCIAS

BHIMANI, Z.; DE LISIO, A. Sport mega-event fantasies to financialization: the case of Porto Maravilha. *Frontiers in Sports and Active Living*, 2023.

BRASIL. ONU confirma Belém (PA) como sede da COP 30 – Conferência para o Clima. Brasília: Governo Federal, 2023. Disponível em: <https://www.gov.br/planalto/pt-br/acompanhe-o-planalto/noticias/2023/05/onu-confirma-belem-pa-como-sede-da-cop-30-conferencia-para-o-clima>. Acesso em: 12 dez. 2024.

BRASIL. A um ano da COP30, Belém se transforma para receber cúpula climática. Brasília: SECOM, 2024. Disponível em: <https://www.gov.br/secom/pt-br/assuntos/noticias/2024/11/a-um-ano-da-cop30-belem-se-transforma-para-receber-cupula-climatica>. Acesso em: 12 dez. 2024.

CHALOI, Guilherme. Desenvolvimento geográfico desigual e neoliberalismo: notas a partir da obra de Neil Smith. *GeoPUC – Revista da Pós-Graduação em Geografia da PUC-Rio*, Rio de Janeiro, v. 11, n. 20, p. 69, jan.-jun. 2018.

COELHO, Flávia de Campos. Festifavelisation: mega-events, slums and strategic city-staging – the example of Rio de Janeiro. *City, Culture and Society*, 2020.

CRUZ, Sandra Helena Ribeiro; MARINHO, Taynáh de Nazaré Argolo; FERREIRA, Ana Caroline dos Santos. Mercantilização na Amazônia e conflitos pelo território em Belém e Barcarena no estado do Pará: à luz de grandes projetos. *Encontro nacional de pesquisadores em serviço social*, 2017.

DE MARCO, Cristhian Magnus; SANTOS, Paulo Junior Trindade dos; MÖLLER, Gabriela Samrsla. Gentrificação no Brasil e no contexto latino como expressão do colonialismo urbano: o direito à cidade como proposta descolonizadora. *Urbe. Revista Brasileira de Gestão Urbana*, Curitiba, v. 12, e20190253, 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/2175-3369.012.e20190253>. Acesso em: 28 jan. 2025. p. 2

EEZZAT, N.; EL-SAYED, M. Evaluating the impacts of special events on promoting and developing tourism and hospitality sectors: a case study of COP27, Sharm El-Sheikh, Egypt. *International Journal of Tourism Studies*, 2022.

GOMES, Rodrigo Silva. Narrativas públicas sobre sustentabilidade e megaeventos. *Revista de Planejamento Urbano e Sustentabilidade*, 2021.

HARVEY, David. O direito à cidade. *Lutas Sociais*, São Paulo, n. 29, p. 73-89, jul./dez. 2012.

MALHEIROS, Rogério Guimarães; ROCHA, Genylton Odilon Rêdo da. A cidade de Belém e seu processo de modernização: aspectos históricos, econômicos e sociais acerca da constituição dos ideais de progresso e civilização (1840–1870). *Urbana*, Campinas: CIEC/UNICAMP, v. 5, n. 7, 2013.

SÁNCHEZ, Fernanda. A reinvenção das cidades na virada do século: agentes, estratégias e escalas de ação política. *Revista de Sociologia e Política*, Curitiba, n. 16, p. 31-49, jun. 2001.

SILVA, Ana Paula Gomes da. Belém no limiar: crescimento urbano, desigualdades socioespaciais e o desafio ambiental rumo à COP 30. *Revista Amazônia e Urbanismo*, 2023.

SMITH, Neil. Life in the shadow of mega-events: Beijing Summer Olympiad and its impact on housing. *Urban Studies Journal*, 2009.

SMITH, Neil. New globalism, new urbanism: gentrification as global urban strategy. *Antipode*, 2002.

SOARES, Paulo Roberto Rodrigues. Megaeventos esportivos e o urbano: a Copa do Mundo de 2014 e seus impactos nas cidades brasileiras. *Revista FSA, Teresina*, v. 10, n. 4, p. 195-214, out./dez. 2013.

SOUZA, Marcelo Lopes de. Os megaeventos na produção e reprodução do espaço urbano. *Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais*, 2018.

TEOBALDO, Izabela Naves Coelho. A cidade espetáculo. *Sociologia: Revista do Departamento de Sociologia da FLUP*, v. XX, 2010

TRATA BRASIL. Relatório anual sobre o saneamento no Brasil. São Paulo: Instituto Trata Brasil, 2024. Disponível em: <https://www.tratabrasil.org.br>. Acesso em: 12 dez. 2024.

OLYMPIC CITY AND REBELLIOUS CITY. Public policies, urban planning and right to the city. *Critical Urban Studies*, 2017.